Notícia

CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE ACEGUÁ

Município de Aceguá

Presidido pela Vereadora JACQUELINE FERREIRA – PSDB SESSÃO ORDINÁRIA 15 DE SETEMBRO DE 2025
Secretariada por Júlio Lemos – PSDB.

PRONUNCIAMENTOS

Vereador Renato Souza – MDB

Iniciou desejando uma boa tarde a todos e retomou um assunto que foi discutido enquanto o secretário apresentava o Plano Plurianual (PPA), sobre a necessidade de elaborar um projeto de lei para aumentar a arrecadação do município e, assim, possibilitar mais investimentos em recursos, a exemplo do que foi feito na campanha do Imposto sobre Transmissão de Bens Imóveis (ITBI). Mencionou o Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores (IPVA), destacando que muitos veículos do município não estão emplacados em Aceguá. Afirmou que, nesta semana, irá se dedicar à criação de alguns vídeos para postar em suas redes sociais, a fim de conscientizar a população sobre a importância do emplacamento local. Ressaltou que 20% do valor do IPVA vai para o Fundeb, e o restante é dividido igualmente entre o Estado (50%) e o município (50%), o que garante o retorno de parte dos recursos para Aceguá. Disse que tem sugerido ao Executivo um projeto de lei semelhante ao do município de Faxinal, e que está buscando referências para apresentar um anteprojeto que cria uma campanha de incentivo à transferência de veículos automotores para o município de Aceguá. Destacou que conhece pessoas que residem em Aceguá, mas que têm seus veículos emplacados em Bagé, o que faz com que os recursos do Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores (IPVA) sejam destinados para aquele município, mesmo essas pessoas utilizando os serviços e benefícios oferecidos por Aceguá. Ressaltou à população que irão se mobilizar para realizar uma grande campanha no município, incentivando as pessoas a transferirem seus veículos para Aceguá. Também comentou sobre o Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), mencionando que, em 2021, havia um projeto de dois deputados, o qual foi aprovado em 2023. Nesse projeto, 5% do valor do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) pago pelas empresas poderiam ser destinados para entidades. Explicou que, no nosso município, esse valor é destinado para a segurança pública, ressaltando a importância de conscientizar os empresários locais para que façam a doação legal dos 5%. Também mencionou que essa doação poderia ser direcionada aos hospitais e parte da saúde pública. Destacou que essas são pautas que vem defendendo com o objetivo de promover melhorias no município. Entre elas, está a proposta de que o Imposto de Renda, tanto de Pessoa Física quanto de Pessoa Jurídica, seja destinado ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (COMDICA), a fim de direcionar esses recursos para as escolas e, assim, contribuir para a melhoria da qualidade da educação no município. Reforçou que continuam trabalhando pelo município e contribuindo com seu desenvolvimento. Por fim, mencionou que esteve em conversa com Milton Brasil sobre a questão dos equipamentos que serão disponibilizados para somar esforços, destacando que buscarão uma alternativa viável, já que o recurso de R$ 478 mil, que beneficiará 58 famílias, ainda não foi perdido. Finalizou colocando-se à disposição e desejando a todos uma boa semana.

Vereadora Liziane Jardim – MDB

Iniciou cumprimentando a todos e disse que iria abordar três temas importantes. Um deles não foi tratado na semana passada e os outros dois são de grande relevância. Explicou que, embora não fosse um assunto que gostaria de trazer à tribuna, entende que este é o local adequado para expressar suas ideias, expor e esclarecer à população o que, muitas vezes, sai de forma distorcida ou não condiz com a realidade, além de explicar a verdadeira intenção com que se posiciona. Primeiramente, frisou a fala do seu colega vereador Renato Souza, que, há algumas semanas, comentou sobre o trabalho da bancada do partido Movimento Democrático Brasileiro (MDB) em conjunto com o Partido Progressista (PP) e o Podemos (PODE), por meio do vereador Tiago Arce. Disse que sabem do trabalho do Poder Executivo, mas que, de forma alguma, considera saudável nem ético quando o Poder Executivo tenta insinuar que as conquistas são únicas e exclusivamente feitas por ele, sem reconhecer as pessoas que também contribuíram para que certas ações se realizassem. Afirmou que, quando o Legislativo e o Executivo estão em sintonia e trabalham unidos, quem ganha é a população. Agradeceu a parceria que tiveram, através desta casa, na luta para a aquisição do aparelho de mamografia para o Hospital da Colônia Nova. Registrou que, hoje, falou com o prefeito, dizendo a ele que respeitava o trabalho do Executivo, mas que gostaria que o trabalho do Legislativo também fosse respeitado, pois não se trata de quem trabalha mais ou menos, mas sim de quem realmente trabalha. Afinal, aparecer em uma foto depois que as coisas estão prontas é fácil, mas construir é outra questão. Complementou, deixando claro que ninguém, absolutamente ninguém, passará por cima do seu trabalho. Na continuidade da sua fala, disse que, muitas vezes, as informações acabam saindo de forma distorcida, e que é importante esclarecer para que as pessoas compreendam melhor. Em seguida, prosseguiu mencionando seus posicionamentos nas comissões, dizendo que, frequentemente, falando de modo geral para evitar constrangimentos, eles não encontram uma saída ou caminho. Disse que cabe a eles essa escolha, podendo errar e recalcular sua rota, com a possibilidade de recomeçar. O que não podem é saber que estão escolhendo o caminho errado e mesmo assim escolher por este lado.

Afirmou que quer sempre escolher o lado que lhe permita olhar nos olhos das pessoas e explicar o motivo de ter seguido por esse caminho, o lado que lhe permita deitar a cabeça no travesseiro e dizer que aquele julgamento feito lá atrás, quando assumiu sua função como vereadora, é o que tenta colocar em prática todos os dias, ainda que, segundo ela, não saiba se consegue sempre, mas se esforça diariamente para isso. Diante disso, disse que pesquisaram alguns textos e, como dizia o saudoso Alfredo Castillo, talvez, em algum momento, os nossos filhos irão ler os jornais da Câmara de Vereadores e irão lembrar ou entender o porquê de certas coisas. Explicou que o motivo de seu voto contrário está relacionado à mensagem retificativa recebida do Poder Executivo sobre o PL-042, que cria a Política Pública para o Conselho Tutelar. Em seguida, fez a leitura da mensagem retificativa, que suprime parágrafos e artigos do Projeto de Lei, o qual dispõe sobre a política de atendimento aos direitos da criança e do adolescente em Aceguá, além de outras providências. A retificação altera o artigo 10, mas na realidade houve um equívoco, pois o que deveria ser alterado é o parágrafo 12. Deixou claro, portanto, que não é contrária ao projeto em si, mas sim à mensagem retificativa, que foi encaminhada de forma equivocada. Contou que, ao acompanhar a reunião da outra comissão, o servidor explicou o equívoco, olhando diretamente para a comissão. Em seguida, conversaram com o prefeito e solicitaram que o Projeto de Lei fosse retirado, para que pudesse retornar a esta Casa com a devida técnica e legalidade. Afirmou que, do seu ponto de vista, o princípio da legalidade não é apenas uma formalidade, mas sim a espinha dorsal de um governo justo e transparente. Em termos simples, isso significa que o gestor só pode agir dentro dos limites estabelecidos pela lei. Mencionou também a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), dizendo que, para o âmbito municipal, ela não é um obstáculo, mas uma bússola que orienta para onde prosseguir, guiando-os na direção de uma gestão financeira equilibrada e previsível, respeitando seus limites, seja na dívida pública ou na transparência das contas. Isso garante que o dinheiro público seja utilizado com sabedoria, sem comprometer o futuro da nossa cidade. Enfatizou que uma gestão que ignora a Lei de Responsabilidade Fiscal é como um barco à deriva, sem rumo e sem controle, o que traz riscos de endividamento, falta de recursos para os serviços essenciais e, o mais grave, instabilidade para o município. Reiterou que, de forma alguma, se deve colocar o interesse pessoal acima do interesse público. Disse que o futuro do município, ultimamente, tem lhe afligido, pois têm falado muito sobre a eficiência dos gastos públicos. Acredita que, nesses nove meses na Câmara de Vereadores, os vereadores têm contribuído com a gestão do prefeito, levantando pautas importantes, como a questão dos gastos desmedidos com horas extras e o pagamento de horas extras a servidores sem embasamento legal. Comentou que receberam uma visita do Tribunal de Contas, durante a qual foi determinado ao Poder Executivo que esses gastos fossem corrigidos. Ou seja, se a situação ainda estivesse como antes, apenas no mês de janeiro já teriam sido gastos, aproximadamente, mais de R$ 200 mil com horas extras. Afirmou que, no momento em que levantaram essas questões na Câmara de Vereadores, isso levou o Executivo a tomar uma atitude, acreditando que este é justamente o papel dos vereadores. Por fim, disse que gostaria de deixar uma mensagem, convidando os colegas a refletirem com ela, pois hoje fala com o coração apertado diante de uma tragédia que não poderia ter acontecido: uma jovem de apenas 13 anos perdeu a vida. Continuou dizendo que a tragédia não ocorreu apenas por uma fatalidade relacionada à saúde, mas também por uma falha em um equipamento que deveria estar pronto para salvar vidas. Explicou que o desfibrilador da Unidade Básica de Saúde (UBS) foi acionado, mas não funcionou porque estava sem bateria. Ressaltou que essa falha não é um simples detalhe técnico, ela pode ter custado uma vida. Custou sonhos, o futuro de uma menina, e mergulhou uma família, além de toda uma comunidade, em luto. Afirmou que é inadmissível que um equipamento de emergência não receba manutenção, não seja testado ou não esteja em plena condição de uso. Destacou que não podemos aceitar que vidas dependam da sorte, pois a saúde exige responsabilidade, exige fiscalização e exige um compromisso ético. Ressaltou, ainda, que a morte dessa jovem precisa ser um grito de alerta. Deixou seu abraço à família e à comunidade, junto com seu respeito, dizendo que a memória desta menina seja preservada com dignidade. Que sua partida dolorosa não seja em vão, mas que se transforme em mudança, em consciência e em ação. Por ela e por todas as vidas que podem ser salvas. Relatou que, diante da demora do SAMU, os familiares se dirigiram à Unidade Básica de Saúde (UBS) em carro próprio, após ligarem para a UBS e serem informados de que não havia carro disponível para levar os profissionais, que estavam a apenas três quadras de distância. Disse que o que indigna é que, muitas vezes, veem os carros circulando para cima e para baixo, e, quando precisam de um veículo para levar um profissional de saúde para salvar uma vida ou, ao menos, dar uma resposta a um pai, não há nenhum disponível. Solicitou à Câmara de Vereadores que se unam nessa luta para que ninguém mais passe por isso, e que todos os recursos destinados à saúde sejam usados para o seu verdadeiro propósito. Disse que, antes de fazer o requerimento, conversou com o secretário Maurício Porto e com o prefeito, por uma questão de respeito, pedindo que sejam apuradas as responsabilidades, pois isso é inadmissível e existem protocolos a serem seguidos. Finalizou dizendo que essas medidas não a trarão de volta, mas que, para um pai e uma avó desesperados, podem salvar uma vida. Desculpou-se pela emoção, mas deixou registradas as suas tristezas, o luto e a indignação pela Mirella e pela família Couto, e pediu que Deus os ajude a enfrentar esse momento que ninguém deseja passar, esperando que sirva de motivação para que cobrem a eficiência dos nossos serviços de saúde. Agradeceu à presidente.

REQUERIMENTOS

Do Vereador ANDERSON BARCELOS CORRÊA

577/2025 - REQUER, APÓS OUVIDO O COLENDO PLENÁRIO, AUTORIZAÇÃO PARA FALTAR NA REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO FINAL, DO DIA 08/09/2025, POR MOTIVOS PARTICULARES.

Do Vereador TIAGO ARCE PICAZ

592/2025 - REQUER O ENVIO DE EXPEDIENTE AO PODER EXECUTIVO, SOLICITANDO A COLOCAÇÃO DE PLACA DE SINALIZAÇÃO, "EXCLUSIVO PARA IDOSOS", EM FRENTE À AGÊNCIA DO BANRISUL, VISANDO AUMENTAR A SEGURANÇA DE QUEM CIRCULA PELA VIA E GARANTIR MELHOR ACESSIBILIDADE ÀS PESSOAS IDOSAS QUE UTILIZAM O LOCAL, ESPECIALMENTE POR 2/6 TRATAR-SE DE ÁREA COM GRANDE FLUXO DE VEÍCULOS E PEDESTRES.

Da Vereadora LIZIANE JARDIM

593/2025 - REQUER O ENVIO DE EXPEDIENTE AO PODER EXECUTIVO, SOLICITANDO INFORMAÇÕES REFERENTES À OCORRÊNCIA DO DIA 09/09/20252025, QUANDO O SAMU DEMOROU CERCA DE 40 MIN. PARA ATENDER UMA EMERGÊNCIA E O DESFIBRILADOR DA UBS, QUE FOI PROCURADO “IN LOCO”, ESTAVA SEM BATERIA, IMPOSSIBILITANDO O ATENDIMENTO ADEQUADO, E QUE RESULTOU EM ÓBITO, DESSA FORMA REQUER APURAÇÃO DETALHADA DOS FATOS E RESPONSABILIZAÇÃO COMPATÍVEL DOS ENVOLVIDOS, DADA A NEGLIGÊNCIA, OMISSÃO E FALHA NA MANUTENÇÃO DOS EQUIPAMENTOS, TENDO EM VISTA QUE O CASO EVIDENCIA FALHAS GRAVES NA MANUTENÇÃO DOS EQUIPAMENTOS DE SUPORTE À VIDA, DADO O DESCASO DO SETOR DE SAÚDE PÚBLICA. Da COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO.

594/2025 - REQUER O ENVIO DE EXPEDIENTE AO PODER EXECUTIVO, SOLICITANDO DOCUMENTO COMPLEMENTAR SOBRE O PL N.º 042/2025, QUE "DISPÕE SOBR A POLÍTICA DE ATENDIMENTO DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE EM ACEGUÁ E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS", SENDO: DECLARAÇÃO DO ORDENADOR DE DESPESA, DEVIDAMENTE ASSINADA.

595/2025 - REQUER O ENVIO DE EXPEDIENTE AO PODER EXECUTIVO, SOLICITANDO A DOCUMENTAÇÃO COMPLETA DO ANEXO III - DAS METAS E PRIORIDADES DO PL N.º 046/2025, QUE DISPÕE SOBRE AS DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS PARA O EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2026".